



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no culto ecumênico em memória dos funcionários do Ministério do Trabalho

Catedral de Brasília – Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2004

Meus companheiros deputados que estão presentes,
Ministros,
Meu querido José Alencar e sua esposa,
Marisa, minha esposa,

Familiares dos servidores do Ministério do Trabalho Ailton Pereira de Oliveira, Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage, Nelson José da Silva, que faleceram vítimas de um bárbaro assassinato, provocado e promovido ainda por quem, não sabemos. Mas, se Deus quiser, haveremos de, no menor tempo possível, descobrir o assassino ou os assassinos desses trabalhadores.

No dia 13 de maio de 1888 o Brasil festejava o fim da escravidão. No dia 28 de janeiro de 2004, às 10 horas da noite de Genebra e às 6 horas do Brasil, eu descia no aeroporto de Genebra e recebi um telefonema me informando que três fiscais e um motorista tinham sido assassinados na cidade de Unaí, estado de Minas Gerais, porque estavam fiscalizando a existência de trabalho escravo naquela região.

Eu me lembro da alegria com que o companheiro Jaques Wagner, então ministro do Trabalho, no meio do ano passado, me apresentava um grupo de fiscais que coordenavam o trabalho nacionalmente, para a apuração de trabalho escravo. E via, na cara das pessoas, a alegria de estarem sendo úteis ao seu país mas, sobretudo, sendo úteis àquilo que se propuseram a fazer e à sua própria consciência.

Todas as Constituições brasileiras dizem que o trabalho escravo é



proibido, no nosso país. A legislação do trabalho no Brasil, a CLT, já vai fazer 68 anos e determina regras para a contratação de qualquer trabalhador, em qualquer atividade. E nós estamos aqui, agora, com os familiares, dentre os nossos companheiros assassinados, a chorar, a lamentar e a torcer que nunca mais aconteça um crime como esse.

Possivelmente, em outros tempos eu estivesse, aqui, a cobrar pressa da polícia na apuração desse crime. Hoje, como Presidente da República, eu tenho a consciência de que foi feito, e está sendo feito o que podia e o que pode ser feito.

No mesmo dia, quando recebi o telefonema, lá em Unai já estava o companheiro Nilmário Miranda, secretário de Direitos Humanos; o companheiro Ricardo Berzoini, o novo ministro do Trabalho, porque o Wagner foi coordenar o Conselho de Desenvolvimento; a Polícia Federal; já estava o nosso companheiro José Alencar, presidente em Exercício, informado de toda a situação. E eu não tenho dúvida que os policiais federais que estão lá para fazer a apuração são o que nós temos de melhor.

Nem todo crime é desvendado. O que eu posso assegurar aos familiares é que nós faremos o que estiver ao alcance. Só não podemos condenar ou prender inocentes. Mas faremos o que estiver ao nosso alcance para sabermos quem matou, e se tem alguém que mandou esse alguém matar. Não descansaremos enquanto não apurarmos isso, para que sirva de lição a outros que porventura tenham a disposição de matar um chefe de família – que saiu de casa para prestar serviço à Nação, ao seu povo, para garantir o cumprimento da lei, para cumprir, pura e simplesmente, a Constituição do nosso país.

Aos familiares, eu, num momento como esse, tenho pouco a dizer, a não ser dizer para vocês que chorem o que puderem chorar. Porque, afinal de contas, quando a gente perde um ente querido, façamos o que fizermos, não o teremos de volta.



O que consola é saber que a pessoa que morreu era gente de bem. O que consola é saber que a pessoa que morreu estava cumprindo a sua função com dignidade, para favorecer pessoas que tinham tido, na vida, menos sorte do que eles.

O que é importante é saber que essas pessoas que morreram produziram filhos, como se uma árvore tivesse produzido o fruto. E nós precisamos cuidar para que esses frutos produzidos pelos companheiros assassinados possam se tornar sementes e possam se tornar árvores tão vigorosas quanto a do Ailton, a do Eratóstenes, a do João Batista e do Nelson José da Silva.

E, para isso, nós iremos fazer para com os filhos dos fiscais o mesmo que fizemos com as vítimas de Alcântara, no Maranhão, quando explodiu a nossa base de Alcântara e vinte e uma pessoas perderam a vida. Naquele incidente, o Governo assumiu a responsabilidade, mandando, obviamente, para que a Câmara dos Deputados discutisse a indenização e, ao mesmo tempo, garantisse a educação das crianças, até terminarem a universidade. É o mínimo que o Estado pode fazer para pessoas que morreram prestando serviços à comunidade.

Quero dizer ao ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini: se três fiscais incomodaram tanto que trataram de assassiná-los, a ordem é “mais fiscais, é incomodá-los muito mais”, porque não poderemos descansar enquanto houver neste país alguém voltando a ser escravo, em uma Nação que aboliu a escravidão em 1888.

Ao ministro Márcio Thomaz Bastos: Márcio, coloque o que mais a gente tiver de capacitação profissional, de tecnologia, porque não poderemos deixar impunes as pessoas que assassinaram quatro trabalhadores que estavam, na pior das hipóteses, sob a tutela do Governo brasileiro.

Aos familiares: toda paciência do mundo, porque o que pode alimentar vocês agora é saber que tem uma nova geração para ser cuidada e, ao mesmo



tempo, lembrar dos companheiros que morreram com a certeza de que vocês, por todo o sempre, terão orgulho deles.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj